



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.503, DE 2019**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos crimes cometidos por esse meio, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado MÁRIO HERINGER

**Relator:** Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que pretende alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (CPP), para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos crimes cometidos por esse meio.

Justifica o autor a sua pretensão em face da necessidade de segregar o criminoso da ferramenta utilizada para o cometimento do crime, minimizando, assim, os riscos para a sociedade.

A aludida proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), para análise e parecer, sob regime de tramitação ordinária, estando sujeita à apreciação de Plenário.

É o Relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição referida quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre ele e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, a proposição está em conformação ao direito, porquanto não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

Outrossim, a técnica legislativa empregada atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

No que diz respeito ao mérito do Projeto em análise, vislumbramos que ele se reveste da mais alta importância, pois promove a atualização e o aperfeiçoamento de nosso sistema penal diante da peculiaridade da prática de certos atos que podem causar resultados muito danosos a inúmeros indivíduos.

Como bem asseverou o Nobre Deputado autor do Projeto, *por ser o crime virtual um tipo de crime especialmente diferente daquele praticado no mundo real, sendo intangível e até, muitas vezes, invisível no momento do flagrante, é importante que medidas cautelares e punitivas adequadas sejam destinadas a quem os comete.*



\* C D 2 3 8 3 7 5 6 3 7 1 0 0 \*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG 3**

Cumpra esclarecer, primeiramente, que o juiz sentenciante, depois de fixado o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, deve verificar a possibilidade de substituí-la por penas alternativas (restritivas de direitos e/ou multa), ou modificar a sua execução (*sursis* e livramento condicional).

Nesse ponto, dispõe o art. 44 do Código Penal (CP) que as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando presentes os requisitos legais.

As penas restritivas de direitos estão elencadas no art. 43 do CP, sendo elas: prestação pecuniária; perda de bens e valores; limitação de fim de semana; prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; e interdição temporária de direitos.

Cabe mencionar que os requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos estão previstos no art. 44 do Código Penal e variam de acordo com a espécie do delito praticado.

Um desses requisitos consiste no fato de que a substituição da pena deve ser indicada e suficiente ao caso concreto.

Assim, as penas substitutivas devem ser fixadas de forma suficiente à reprovação da conduta e prevenção do delito, sob pena de propagação do sentimento de impunidade e desprestígio da norma penal.

Portanto, entendemos que a lei deve apresentar uma punição condizente com as peculiaridades de certas condutas, mostrando-se, por isso, a proposição em debate oportuna e conveniente.

No entanto, em face da preocupação de que tal medida poderia se tornar uma ferramenta para abusos e perseguições políticas e de que a inclusão da proibição do acesso à rede mundial de computadores, de forma genérica, irrestrita e em razão do cometimento de qualquer crime, poderia atentar contra as garantias e liberdades individuais do cidadão, notadamente a liberdade de expressão, de comunicação, de informação e o livre exercício de atividade profissional, optamos por fazer algumas modificações através do Substitutivo anexo.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG 4**

Nesse contexto, restringimos as hipóteses às quais essa medida poderá ser aplicada com base na relevância dos bens jurídicos protegidos pela norma penal.

Por fim, acreditamos que a modificação no Código de Processo Penal pretendida pela proposta legislativa mostra-se mais adequada se for realizada no art. 319 deste diploma processual, que traz as espécies de medidas cautelares diversas da prisão.

E dado o caráter excepcional e provisório das medidas cautelares, sugere-se que ela seja efetivada pelo prazo de 15 dias, admitida a prorrogação se comprovada a necessidade.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.503, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS**  
**Relator**





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.503, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos casos em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos casos em que especifica.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com as seguintes modificações:

#### **“Interdição temporária de direitos**

Art.

47. ....  
.....

VI – proibição de usar ou acessar a rede mundial de computadores.” (NR)

“Art. 57-A. A pena de interdição, prevista no inciso VI do art. 47 deste Código, aplica-se aos crimes envolvendo abuso, exploração ou qualquer outra forma de violência sexual contra criança ou adolescente, invasão de dispositivo informático, furto, estelionato e fraude eletrônica, cometidos por meio da rede mundial de computadores ou conexão semelhante.”



\* C D 2 3 8 3 7 5 6 3 7 1 0 0 \*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG 6**

Art. 3º. O art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código do Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 319.....

.....

X - proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores nos casos de crimes envolvendo abuso, exploração ou qualquer outra forma de violência sexual contra criança ou adolescente, invasão de dispositivo informático, furto, estelionato e fraude eletrônica, cometidos por esse meio ou conexão semelhante.

.....

§ 5º A medida prevista no inciso X do *caput* deste artigo será efetivada pelo prazo de 15 dias, admitida a prorrogação se comprovada a necessidade, sempre de forma subsidiária e excepcional, quando não houver outra medida de natureza cautelar diversa da prisão igualmente capaz de evitar prejuízos à persecução penal, devendo o magistrado, em qualquer caso, atentar para os demais direitos e as garantias previstos na Constituição Federal, assim como para as consequências da sua decisão, especialmente no que diz respeito aos reflexos eventualmente provocados nos vínculos profissionais e educacionais do réu ou investigado." (NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS  
Relator

